



DEPOIMENTO: DECOMPOSIÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: A SITUAÇÃO DA PUCSP

TESTIMONY: DECOMPOSITION OF BRAZILIAN
UNIVERSITY: SITUATION OF PUCSP

Maria Beatriz Costa Abramides¹

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP desenvolveu, nos dois últimos meses de 2012, uma importante e destacada luta de estudantes, professores e funcionários que culminou com uma greve geral massiva, desencadeada pelo movimento independente “Fora Anna Cintra”, em alusão à reitora imposta.

A autonomia e democracia universitárias foram arrebatadas por D. Odilo Sherer, arcebispo grão chanceler da PUCSP, ao nomear a terceira e última colocada no pleito para dirigir a universidade, a professora Anna Maria Marques Cintra. Com essa imposição, negou a trajetória histórica da PUCSP, que desde a década de 80 conquistou eleições diretas para o cargo de reitor(a). Embora estatutariamente seja prevista a lista tríplice para indicação do Cardeal, durante 32 anos, este sempre nomeou o reitor(a) eleito(a) pelos três seguimentos: estudantes, professores e funcionários. De outro lado, Anna Cintra, assim como os dois outros candidatos, assinou um documento em um debate público no Tucarena (teatro de arena da PUC) com os reitoráveis, promovido

¹ Assistente Social e doutora pela PUC-SP. Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP. Diretora da APROPUC-SP. Professora Pesquisadora da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Nacional. Coordenadora, desde 2012, do GTP4 da ABEPSS – Movimentos Sociais e Serviço Social.

pelos estudantes, no qual afirmava que não assumiria o cargo de reitora caso não fosse a primeira colocada no pleito. Passou por cima de sua palavra e assumiu.

Nesse processo, é importante lembrar a tradição democrática da PUCSP, sendo a primeira universidade a conquistar eleições diretas para reitor(a). No período da ditadura militar, por intermédio da primeira reitora eleita no país, Nadir Gouveia Kfourri, professores que retornavam do exílio, como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Maurício Tragtemberg, Octávio Ianni, foram convidados a ministrar aulas na PUC-SP. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e os estudantes perseguidos em sua organização, a UNE, realizaram seus congressos na PUC-SP. A reitora Nadir Kfourri enfrentou, em 1977, a invasão da polícia comandada pelo coronel Erasmo Dias, que feriu estudantes com fortes queimaduras provocadas por bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Portanto, a PUC-SP tem um legado democrático na produção do saber, no ensino, na pesquisa e na extensão, construído por professores, estudantes e funcionários. Esse legado é o que referencia essa instituição de ensino, no âmbito nacional e latino-americano. A pluralidade de ideias, o debate intelectual e acadêmico, a livre expressão e manifestação é que a tornaram uma universidade viva, atuante, referenciada socialmente. Os professores, por intermédio de sua associação, a APROPUC, que tem 37 anos de existência, conquistaram o contrato por tempo, em ensino, pesquisa e extensão. Uma entidade combativa, autônoma, que não se rendeu ao longo de todo esse período e permanece em defesa das lutas específicas dos professores, articuladas às lutas mais amplas da classe trabalhadora.

Para compreender a crise atual da PUC-SP, temos que retomar o ano de 2005, no qual a reitora Maura Veras, mediante a crise estrutural de modelo de universidade, aprofundada por uma crise financeira, acatou a intervenção da Igreja por meio de representantes da Fundação São Paulo – FUNDASP, ocasião em que foi quebrada a autonomia universitária.

A PUCSP tem como mantenedora a Fundação São Paulo, pertencente à Igreja Católica desde sua criação, em 1946, há 66 anos. Porém, não se pode confundir, se diluir, se dissolver na

FUNDASP. É uma universidade e como tal tem que ter autonomia e democracia.

A Intervenção da Igreja não é algo novo. Nos anos 80, essa mesma universidade sofreu intervenção devido à questões administrativas, por um curto período, conseguindo retomar sua autonomia por mais de vinte anos, até 2005.

A partir da nova intervenção da Fundação, a reitora Maura Veras impõe, em fevereiro de 2006, as demissões em massa de professores e funcionários, com cerca de mil trabalhadores demitidos. Sempre nos posicionamos contra a via das demissões e propusemos uma série de medidas decididas em assembleias de professores, na APROPUCSP, e dos funcionários na, AFAPUC-SP, para equacionar a dívida, entre elas o parcelamento do reajuste, mas a reitoria e Fundasp recusaram as nossas propostas e seguiram a lógica financista dos bancos.

A Reitoria, em comum acordo com o Conselho Universitário e com apoio da FUNDASP, elaborou um redesenho institucional para a PUC-SP em uma lógica instrumental racionalista de reorganização de faculdades e cursos sem participação ativa e democrática da comunidade. Mediante os ataques que culminaram com as demissões e o redesenho institucional, os estudantes ocuparam a reitoria. A reitoria e a FUNDASP, em vez de utilizarem-se da via da negociação, concordaram com a invasão da tropa de choque durante a ocupação, além de impetrarem processos de sindicância para 12 alunos. Desde 2005, tem ocorrido uma sucessão de medidas de destruição do ensino e do trabalho:

- demissão em massa;
- não pagamento dos 7,66% de reajuste devido;
- três tabelas salariais diferenciadas para professores que exercem a mesma função;
- represamento na ascensão da carreira;
- maximização de contratos com sobrecarga de trabalho;
- redesenho institucional;
- fechamento de turmas;

- criação do CONSAD – Conselho da Administração acima do Conselho Universitário com três votos: o do reitor(a) e de dois padres secretários executivos da FUNDASP;
- aumento das mensalidades acima da inflação, tornando-a cada vez mais elitista;
- redução de bolsas de estudos;
- cursos aligeirados;
- ensino a distância;
- 30% da carga horária a distância, conforme a contrarreforma do ensino superior em vários cursos;
- redução de funcionários pelas demissões e intensificação de trabalho;
- plano de carreira dos funcionários bastante defasado.

Para enfrentar a questão financeira em 2006, a PUCSP e a FUNDASP se curvaram aos bancos Santander e Bradesco, que passaram a ditar como a universidade deveria ser saneada, o que consubstanciou nas medidas que recaíram sobre funcionários, professores e estudantes.

Nos anos 80, a PUC-SP era a universidade privada mais barata do país, isso porque, ao ser confessional e comunitária, 80% de seu orçamento advinha de recurso público federal, e 20% das mensalidades dos estudantes. A partir dos anos 90, esse recurso foi drasticamente reduzido, momento em que as mensalidades sobem vertiginosamente, tornando a universidade uma das mais caras do país. O dinheiro público deve ser aplicado na educação pública, gratuita, universal, laica e não nas universidades privadas mercantis ou mesmo comunitárias, confessionais. Nesse sentido, a nossa defesa é a da estatização de todas as universidades privadas sem indenização, na luta pela escola pública, estatal, laica, gratuita, universal. Cabe lembrar que nos anos 80 deliberamos pela estatização da PUC-SP durante a estatuinte, mas a Igreja vetou a decisão da comunidade.

A partir da implantação do neoliberalismo no Brasil em 89 e mais acentuadamente a partir do governo de FHC, os recursos públicos para a educação pública tornam-se irrisórios, e a política

a partir do governo Lula, seguido por Dilma, é a de deslocar parte do recurso público para a esfera privada pelo Prouni, um programa “salvacionista” da inadimplência do ensino privado. Na universidade pública também tem ocorrido uma precarização do ensino com a implantação do Reuni como um programa que desqualifica o ensino e precariza o trabalho, uma das medidas da contrarreforma do ensino superior no país, subordinada aos interesses do grande capital, do FMI, da OMC que dita sua programática no âmbito internacional.

A PUC-SP sobrevive do aumento constante das mensalidades, o que elitiza o ensino e precariza cada vez mais as condições de trabalho. Um número significativo de cursos considerados de baixa procura, configuram-se em cursos com demanda reprimida. No lugar de se pensar em mensalidades reduzidas que garantam a existência desses cursos, fecham-se turmas e alguns deles poderão ser extintos, pois os alunos que os procuram são os trabalhadores e seus filhos, que não tem como suportar os preços das mensalidades e, por isso, se inscrevem nas universidades privadas mercantis com mensalidade inferiores. Esses cursos são basicamente da área das Ciências Sociais, incluído o curso de Serviço Social, de Educação, de Letras e de Filosofia e são imprescindíveis por sua função social, além de representarem uma universidade que deve conter a pluralidade das áreas de saber.

No processo de luta pela autonomia e democracia universitária do movimento “Fora Anna Cintra”, o CONSUN desomologa a lista tríplice e impugna a nomeação de Anna Cintra no dia 12/12/2012 por mérito pelo fato de ela ter publicamente se comprometido em não assumir, caso não fosse a primeira colocada. D. Odilo não acatou a deliberação do CONSUN. Houve uma liminar em que a Justiça reafirmou o impedimento jurídico da nomeada de assumir e o valor que pagaria, 10.000 reais por cada Ato que editasse. A FUNDASP entrou com um recurso durante o recesso do judiciário e o plantonista forense reorientou para que a reitora imposta assumisse a partir de 23/12/2012 para não deixar a PUC em vacância. Esse argumento é enganoso posto que o CONSUN havia nomeado um reitor, o decano, pró tempore, até novas eleições, decisão que D.Odilo também não acatou.

Há uma insatisfação muito grande por parte da comunidade devido à quebra de autonomia e democracia universitárias. A APROPUC, por meio de deliberação da assembleia dos professores desde dezembro, a Faculdade de Ciências Sociais e o Programa da Pós em psicologia social haviam se manifestado pela abertura de um novo processo eleitoral, mediante a desautorização da lista tríplice pelo CONSUN.

No primeiro semestre de 2013, os estudantes levaram a posição ao CONSUN de que se fizesse valer a deliberação de 12/12/2012, o que abriria a via para um novo processo eleitoral. A PUC-SP vive uma crise de legitimidade acrescida de uma crise de legalidade, posto que seu órgão máximo de deliberação, o CONSUN, foi desconsiderado pelo cardeal. Os Centros Acadêmicos de Direito, de Relações Internacionais e a AFAPUC entraram com recurso e aguardam nova decisão judicial.

Como já foi dito, desde 23/12/2012, a reitora nomeada encontra-se em exercício. Do ponto de vista da reversão de sua nomeação pela comunidade, somente teria possibilidade se um forte movimento grevista prevalecesse, fruto de mobilização e luta. Os professores, após as férias de janeiro de 2013, retornaram muito recuados. Os funcionários que não conseguiram entrar no movimento grevista mediante os ataques que já vinham sofrendo, com demissões desde 2005, acrescidos de novas demissões, ficaram ainda mais acuados.

A reitora imposta passou a administrar por meio de Atos denominados pela comunidade de “AI Cintra”, em alusão ao AI 5. Um deles, o AI 13, proibia atos e manifestações públicas sem autorização prévia da reitora e foi revogado mediante muita pressão. Outras medidas cerceadoras foram tomadas, tais como revistas em mochilas de estudantes, concertinas na frente da PUC-SP e no pátio interno, trancamento de salas até se iniciarem as aulas, entre outras.

Os estudantes constituíram-se desde o início das mobilizações e do movimento grevista na força mais ativa e protagonista do processo. Foram os estudantes que continuaram mobilizados no primeiro semestre de 2013 e levaram a proposta a três CONSUN de que o mesmo fosse realizado desde que se acatasse

a deliberação do dia 12/12. No dia 27/02/2013, em uma dessas tentativas, acompanhei os estudantes na reunião do CONSUN por deliberação da assembleia da APROPUC, da qual sou dirigente, e em 08/03 a reitora nomeada impetrou um processo administrativo contra mim.

O processo administrativo, na realidade, é um processo político que faz acusações pautadas em instrumentos da CLT, os mais retrógados, advindos da era da ditadura Vargas, além de cláusulas genéricas contidas no regimento da universidade que preveem advertência à demissão por justa causa. As acusações, porém, são todas infundadas e não representam os fatos, já que desconsideram: a) a autonomia dos estudantes que deliberaram em suas duas assembleias, realizadas no dia 26 de fevereiro (manhã e noite), que iriam ao CONSUN de 27 de fevereiro; b) que os professores, em assembleia da APROPUC, realizada em 26 de fevereiro, deliberaram por acompanhar os estudantes e comparecer ao CONSUN se estivessem no campus; c) a assembleia da Apropuc do dia 26/02, que apoiou a deliberação dos estudantes; d) que tenho representação da entidade como dirigente.

A medida punitiva do processo está na lógica do neoliberalismo, que se utiliza de instrumentos administrativos para judiciar os movimentos sociais. Nesse caso, trata-se de amedrontar estudantes, professores e funcionários, a partir da instauração de um processo contra uma dirigente, vice-presidente da APROPUC, professora da PUC-SP. Nesse período, o CFESS entrou com um documento reafirmando a coerência da assistente social e professora com os pressupostos do Código de Ética profissional, solicitando a retirada imediata do processo político. A APROPUC atuou na mesma direção, reafirmando o papel da professora como dirigente da entidade. A ABEPSS se posicionou do ponto de vista a partir dos pressupostos da formação profissional, da mesma maneira o Curso de Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e o Conselho da Faculdade de Ciências Sociais. O CONSUN, a assembleia de estudantes, funcionários e professores, vários cursos da Universidade, posicionaram-se no mesmo sentido. A representação da ENESSO e de entidades sindicais, de movimentos sociais, de universidades, coletivos, associações, cursos de Serviço Social do Brasil e da América Latina, além de

um Abaixo-assinado com 1980 assinaturas até o momento foram encaminhados para a Reitoria e FUNDASP.

A Comissão Processante realizou oitivas comigo e com as estudantes testemunhas de defesa, os advogados entregaram o relatório da defesa à Comissão em 15/05, que enviou seu parecer à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos em 27 de maio. O relatório final com os pareceres foi encaminhado à Reitora na semana de 10 de junho. Até a presente data, 11 de julho 2013, a Reitora não fez qualquer manifestação tendo transcorridos quatro meses de abertura do processo. A reitora indicada sequer respondeu à solicitação do CFESS para uma audiência, não recebeu a diretoria da APROPUC após ter confirmado a reunião, por duas vezes recusou-se a falar com jornalistas do Jornal PUC Viva e ignorou milhares de manifestações de apoio à professora, de repúdio ao processo político e pelo seu arquivamento imediato.

Em um momento em que milhões de manifestantes vão às ruas de todo o país para reivindicar direitos elementares: transporte, saúde, educação, habitação, reforma agrária, demarcação de terras, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, fim da terceirização e exigir que os governantes ajam com transparência e democracia, é inadmissível que, na PUC-SP, se mantenham formas obscurantistas como processos políticos contra professores, estudantes e funcionários por manifestarem suas posições por meio de ações coletivas.

As principais ações a serem desenvolvidas para enfrentar os problemas da PUC-SP dirigem-se ao imediato arquivamento do processo político instaurado contra a professora; nenhuma retaliação ou medida punitiva contra estudantes, professor e funcionário exercendo a livre expressão e manifestação; abertura imediata de um novo processo eleitoral para o cargo de reitor(a); fim da lista tríplice; fim da intervenção da Igreja e garantia da democracia e autonomia universitárias; elaboração de uma nova estatuinte; fim da maximização do trabalho dos professores, com pagamento dos 7,66% devidos a eles; fim das tabelas diferenciadas para a mesma função; plano de carreira para os funcionários; ampliação de bolsas de estudos; participação dos três setores (estudantes, professores e funcionários) em todas as instâncias e

no processo eleitoral, que por sua vez garantam a real democracia dos setores na representação e na paridade; luta contra a mercantilização e privatização do ensino, na retomada da luta pela estatização da PUC-SP, por um ensino público, laico, gratuito, de qualidade, presencial e estatal.

A situação atual da PUCSP coloca na prática a intervenção da Igreja na Universidade não somente do ponto de vista financeiro, mas também acadêmico, e de concepção de universidade. A nomeação de Anna Cintra significa a representação da Igreja na reitoria, não somente na FUNDASP, e a concretização de um modelo de universidade na PUC-SP.

O Projeto de Universidade da FUNDASP é o projeto da Igreja, que pretende sempre formar seus quadros. E isso não é novo. Nos anos 60, 70, 80 seu projeto era humanista vinculado à Teologia da Libertação, em toda a América Latina, longe da posição conservadora, reacionária que está presente no Vaticano nas últimas décadas e se expressa claramente na PUCSP. Esse é um fenômeno mundial. A Igreja não suporta mais uma universidade como a PUC-SP, mesmo com sua democracia extremamente limitada. Nos EEUU, houve intervenção em PUCs progressistas, e, recentemente o Vaticano fez com que a PUC do Peru deixasse de ser PUC. Ou seja, ou segue o receituário ou se desvincula. Basta analisar as declarações da candidata ilegítima, nas quais diz claramente que a PUC é da Igreja, e, portanto, deve seguir a ela.

Aí nos perguntamos como debater temas tão fundamentais como a questão do aborto, das drogas, da sexualidade, da criminalização dos movimentos sociais, da luta contra o capital e por uma sociedade igualitária, sem exploração de classe e opressão social, de gênero, étnico-racial, em uma universidade que reprime a liberdade de manifestação, expressão, do conhecimento e da práxis necessária a uma vida emancipada? Essas respostas devem ser pautadas em um processo de resistência e luta permanentes por uma universidade autônoma e democrática na perspectiva da emancipação humana.